

Prisco Viana discursa para um plenário vazio no segundo dia de reabertura do Congresso

ESTADO DE S. PAULO

17 FEVEREIRO 1990

Congresso fica vazio no 2º dia

BRASÍLIA — Durou menos de 24 horas o entusiasmo dos deputados e senadores demonstrado na reabertura dos trabalhos do Congresso Nacional anteontem. Ao subir à tribuna para fazer um discurso contra a anunciada disposição do presidente eleito, Fernando Collor, de usar a chamada Lei Delegada para governar, o deputado Prisco Viana (PMDB-BA) se viu ontem diante de um plenário completamente vazio. Embora fosse um dia de semana normal, apenas uma dezena de parlamentares compareceu às sessões do Congresso. A maioria preferiu antecipar o fim de semana e viajar para seus Estados.

Ex-líder do PDS e ex-ministro do governo Sarney, Prisco Viana afirmou que o Congresso

não deve delegar ao presidente eleito nenhum de seus poderes para que o futuro governo tenha condições de enfrentar a crise econômica. "Não é porque necessitamos de combate rápido e frontal à inflação que vamos passar por cima da Constituição, delegando poderes sem atentar para as cautelas que a Carta nos impõe", observou ele. O deputado propôs que Collor negocie cada uma de suas medidas com o Congresso logo no início de seu governo.

"ANTI-CABRAL"

O PMDB elegeu o deputado Nelson Jobim (RS), professor de filosofia e teoria geral do direito, para analisar as medidas que o próximo governo enviará ao Congresso. Jobim, que atualmente preside a Comissão de

Constituição e Justiça e Redação, vai trabalhar junto à liderança do partido na Câmara, exercendo uma função que alguns de seus colegas de bancada já chamam de "o anti-Cabral" — numa referência ao futuro ministro da Justiça, Bernardo Cabral, que deve redigir os projetos que o novo governo encaminhar ao Legislativo.

A exemplo de Cabral, Jobim é um conhecedor profundo da Constituição de 88. Segundo Jobim, o PMDB não será, em 90, o mesmo partido dos últimos quatro anos, quando esteve "com sua atuação político-partidária congelada". Durante o governo Sarney, acredita o deputado, o partido esteve com a responsabilidade de produzir resultados e se limitou a gerir os

conflictos entre os conservadores e a esquerda. "Agora, nós vamos sentar na mesa não como mediadores, mas como parte e apresentar qual é a posição do PMDB."

O "anti-Cabral" acha bobagem se declarar a favor ou contra, agora, a concessão de poderes para o futuro presidente governar através de leis delegadas. Isso porque só é possível a tomada de posição diante de um pedido específico de delegação de poderes feito pelo presidente, que não pode, segundo Jobim, fazer requerer algo em termos genéricos. "Para intervir na economia", por exemplo, uma coisa é delegar, outra é renunciar ao poder de legislar", o que ocorreria — acredita-se o Congresso concedesse uma delegação em termos genéricos.